

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília Class.: PINR1227

Data: 24/04/90 Pg.: \_\_\_\_\_

# Justiça suspende compras e anuncia investigações

Zenaide Azeredo

Jorge Cardoso

A suspeita de irregularidades na compra de material de consumo realizada no governo passado levaram a Secretaria de Administração do Ministério da Justiça a cancelar uma licitação de Cr\$ 10,3 milhões referentes à compra de materiais como lápis-borracha (2 mil unidades), clips (3 mil 400 caixas) e copos descartáveis para café, envolvendo nada menos que um milhão de unidades, suficientes para suprir o consumo do produto em pelo menos 2 anos e meio. A administração de Bernardo Cabral avaliou a necessidade de apenas 20 mil unidades de copos, 100 caixas de clips e nenhum lápis para o período de seis meses.

Ao dar ontem estas informações, o secretário de Administração do Ministério, Kleber Ferreira de Lima, não quis afirmar se a licitação envolvia "má-fé", mas adiantou que uma investigação será feita, mesmo porque o almoxarifado já está cheio de lápis-borracha em estado de deterioração, além de outros objetos adquiridos há mais de cinco anos, "já obsoletos para as necessidades do ministério". Na segunda licitação feita pela atual administração o valor do pedido de compras foi reduzido para Cr\$ 1 milhão, "o que representou uma diminuição de Cr\$ 9,3 milhões em termos de imobilização de recursos para estocagem", disse o secretário.

O secretário de Administração, em entrevista coletiva, demonstrou igualmente sua surpresa ao constatar — segundo disse, — que apesar dos 32 funcionários do ministério lotados como agentes de segurança, existia ainda um contrato de compra de prestação de serviços de uma firma particular para tal serviço.

Esses contratos serão encerrados, bem como serão revistos os convênios com as firmas de limpeza, carregadas de irregularidades no que se refere à presença de supervisores não previstos no contrato, com conseqüente redução para 104 dos 115 empregados inicialmente contratados.

### Revólveres

Na radiografia do Ministério da Justiça, ontem exposta aos jornalistas pelo secretário de Administração Geral, revelou-se o recolhimento de 12 carros oficiais Landau, Voyage e Opala conseguindo-se uma redução de custos de manutenção mensal da ordem de Cr\$ 990 mil. Além desses, o ministério recolheu também 158 carros (Monza, Opala, Santana e Passat) do In-



Kleber Gomes diz que também será investigada a compra de seis revólveres calibre 38

metro (Instituto de Metrologia), transferido para a alçada da Justiça.

Paralelamente à sindicância que será feita para apurar a origem da licitação de material de consumo, o Ministério da Justiça, segundo Kleber Lima, está às voltas com uma averiguação sobre as razões que levaram o diretor do INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) a adquirir seis revólveres novos, calibre 38, encontrados no órgão.

Dentro da reforma administrativa determinada pelo governo, o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, acabou com 32 FAS (Função de Assessoramento Superior) que custavam ao ministério Cr\$ 1 milhão 385 mil mensais.

No que se refere aos funcionários com DAS, Kleber Lima Ferreira informou que dos 261 existentes até 19 de março foram mantidos 215, justificando em apenas 46 o número de DAS eliminados, tendo em vista a criação de seis secretarias e vinculação ao ministério de três outros órgãos (Funai, Inmetro, INPI).

Neste contexto ele deixou claro que a contratação como DAS-1 (Cr\$ 37 mil) de um garçom para chefiar a copa do ministro Bernardo Cabral é perfeitamente legal,

pois a legislação existente dá ao titular da pasta tal prerrogativa.

Respondendo a um indagação, Kleber Ferreira deixou claro que não recebeu qualquer orientação superior alusiva à possibilidade da Funai (Fundação Nacional do Índio) vir a ser transferida para a Secretaria do Meio Ambiente, como vem reivindicando o secretário José Lutzenberger.

Embora afirmando que "chova ou faça sol" o Ministério da Justiça será informatizado até o final desta gestão, Kleber Lima admitiu que, antes disso, o prédio central poderá passar por uma reforma, pois além de possuir um sistema caótico de fiação, tem sobrecarga de energia e os alarmes de incêndio não funcionam.

□ O ex-ministro da Justiça, Saulo Ramos, disse que não foi informado da licitação questionada, porque os processos de licitação são feitos nos escolões inferiores e não chegam ao gabinete. Segundo Saulo Ramos, é até possível que os funcionários exagerem nas compras em benefício próprio e, por isso, os processos precisam de administração rigorosa. Ele disse que se soubesse de suspeita de irregularidade teria "avocado para o gabinete o processo".